

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em julho de 2020, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) denunciou um vasto conjunto de mortes de aves selvagens provocadas por redes de proteção de explorações aquícolas. A mortalidade reside no facto de as redes de fio de *nylon* serem transparentes e de malha larga, impossibilitando as aves de as verem quando são atraídas pelo peixe das aquaculturas. Muitas ficam emaranhadas, acabando por morrer devido a ferimentos ou exaustão, fome e desidratação, enquanto tentam livrar-se das redes.

Entre as espécies encontradas mortas em redes de aquaculturas estão algumas espécies ameaçadas de extinção, como a águia-de-bonelli e a águia-sapeira, e outras aves como o corvo-marinho-de-faces-brancas, o pernilongo, o flamingo, a garça-branca-pequena e gaivotas. A situação ocorre em sistemas aquícolas do norte a sul do país, tendo sido registadas ocorrências em aquaculturas no estuário do Mondego, no estuário do Sado, na Ria Formosa e na Ria de Aveiro.

As redes utilizadas pelos aquacultores para dissuadir as aves carecem de licença do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Contudo, fonte do ICNF em declarações a órgãos de comunicação social em julho de 2020 referia que nos dois anos anteriores, o Instituto havia emitido “*uma única licença para utilização de medidas anti predadores para uma piscicultura localizada no concelho da Figueira da Foz*”. Mas esta situação não parece traduzir a realidade no país, considerados as situações que têm sido tornadas públicas em várias regiões do país.

Segundo noticiado, a Direção Regional do Centro da Conservação da Natureza e das Florestas terá elaborado um programa de monitorização para a recolha de informação com o intuito de definir as características que as redes e outros dispositivos de aquaculturas devem possuir para evitar ferimentos e mortalidade das aves. Contudo, não se conhecem os resultados nem a aplicação do programa de monitorização elaborado pela direção regional.

Também a Associação Portuguesa de Aquacultores, a SPEA, a Associação MilVoz, a Oriolus, o

ICNF e Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) terão delineado um conjunto de procedimentos a seguir pelos aquacultores, sempre que estes encontrassem aves nas suas redes, segundo um comunicado emitido pela SPEA. No entanto, até à data, estes procedimentos não terão sido divulgados nem pelo ICNF, nem pela DGRM.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera urgente a concretização de medidas para salvaguardar as aves selvagens das redes de aquacultura, particularmente no contexto atual de perda acelerada de biodiversidade que se verifica no país.

Existem soluções que podem reduzir significativamente a mortalidade e os ferimentos de aves em redes de explorações aquícolas, como a instalação de redes de malhagem mais fina e com cores passíveis de serem visíveis para as aves. Outra solução passa pela instalação de réplicas de predadores perto das explorações aquícolas que dissuadam as aves de se aproximarem das aquaculturas. A aplicação de soluções deve ser acompanhada de ações de monitorização que avaliem a eficácia das medidas adotadas. Devem ser ainda concretizadas ações de fiscalização para averiguar se as explorações aquícolas cumprem as normas legais a que estão obrigadas.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Quantas licenças para a instalação de redes de proteção de explorações aquícolas foram emitidas pelas entidades competentes nos últimos cinco anos?
2. Têm as entidades competentes realizada ações de fiscalização a explorações aquícolas?
  - 2.1 Em caso afirmativo, quais são os resultados dessas ações de fiscalização?
3. As entidades competentes têm monitorizado a mortalidade e ferimentos provocados por redes de proteção de explorações aquícolas nas aves selvagens?
  - 3.1 Em caso afirmativo, quantas aves, e de que espécies, foram encontradas mortas ou feridas nos últimos cinco anos?
4. Quais foram os resultados da aplicação do programa de monitorização elaborado pela Direção Regional do Centro da Conservação da Natureza e das Florestas e as respetivas recomendações?
5. Por que motivo o ICNF e a DGRM não divulgaram ainda os procedimentos a seguir pelos aquacultores, sempre que estes encontrem aves nas suas redes?
6. Que ações vai o Governo desencadear para que sejam aplicadas soluções nas explorações aquícolas que mitiguem a mortalidade e os ferimentos provocados nas aves selvagens?

Palácio de São Bento, 12 de abril de 2021

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)